

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas,
Submetemos à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Financeiras da Aliança do Brasil Seguros S.A., anteriormente denominada Santa Catarina Vida e Previdência S.A., relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2011, elaboradas na forma da legislação societária e das normas expedidas pelo Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP) e pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), acompanhadas do Parecer Atuarial, do Resumo do Relatório do Comitê de Auditoria e do Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras.
Em 2011 a Seguradora apresentou prêmios emitidos líquidos de R\$ 467,6 milhões, representando um incremento de 220,5% sobre o exercício anterior, decorrente, principalmente, da carteira da Companhia de Seguros Aliança do Brasil, transferida em 1 de setembro de 2010, aprovada pela SUSEP em 4 de agosto de 2010. O lucro líquido foi de R\$ 29,5 milhões, 130,2% superior a 2010.

Em atendimento à Circular SUSEP 424/2011, a Seguradora declara deter, na categoria "mantidos até o vencimento", títulos e valores mobiliários no valor de R\$ 68,6 milhões, considerando ter capacidade financeira para tal, de forma que manifesta a intenção de observar os prazos de resgate originais dos mesmos. Os Grupos Banco do Brasil e MAPFRE celebraram Acordo de Parceria para a formação de aliança estratégica nos segmentos de seguros de pessoas, ramos elementares e veículos, pelo prazo de 20 anos.
Em 30 de junho de 2011, foram realizadas as Assembleias Gerais Extraordinárias para a criação de duas sociedades *holdings*, através das quais se estabeleceu a parceria entre o Banco do Brasil e o Grupo MAPFRE, dando origem ao GRUPO SEGURADOR BANCO DO BRASIL E MAPFRE:
a) BB MAPFRE SH1 Participações S.A., com foco de atuação nos segmentos de seguros de pessoas, imobiliário e agrícola.
b) MAPFRE BB SH2 Participações S.A., com atuação nos segmentos de seguros de danos, incluídos os seguros de veículos e excluídos os seguros imobiliário e agrícola, a qual controla esta Seguradora.

Como parte da reorganização societária que viabiliza o acordo firmado, em 25 de fevereiro de 2011 a titularidade das ações que a Companhia de Seguros Aliança do Brasil possuía da Seguradora foi transferida para a BB Aliança REV S.A.
A Diretoria prevê trajetória de crescimento nos segmentos em que a Seguradora opera, aproveitando, em virtude do Acordo de Parceria mencionado, a experiência e a especialização das redes comerciais da MAPFRE e do Banco do Brasil, maximizando, desta forma, as sinergias operacional e comercial das unidades de negócio e promovendo constantes melhorias nos níveis de serviços prestados aos clientes.
Agradecemos aos nossos acionistas, corretores, parceiros, clientes e segurados a confiança em nós depositada. Aos nossos profissionais, o reconhecimento pela dedicação e qualidade dos trabalhos realizados.
São Paulo, 8 de fevereiro de 2012.
A Diretoria

BALANÇOS PATRIMONIAIS - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010 (Em milhares de reais)

	Nota	2011	2010
Ativo			
Circulante		486.252	285.420
Disponível		9.832	2.970
Caixa e bancos		9.832	2.970
Aplicações	5	198.259	57.777
Creditos das operações com seguros e resseguros		132.704	119.114
Prêmios a receber	7	109.050	107.527
Operações com seguradoras		7.203	1.979
Operações com resseguradoras		15.306	8.688
Outros créditos operacionais		1.145	920
Ativos de resseguro - provisões técnicas		90.167	68.313
Títulos e créditos a receber		10.963	4.418
Títulos e créditos a receber		10.634	4.129
Creditos tributários e previdenciários	17	329	289
Outros valores e bens		11	14
Bens à venda		11	14
Despesas antecipadas		579	18
Custos de aquisição diferidos		43.737	32.796
Seguros		43.737	32.796
Ativo não circulante		158.617	201.611
Realizável a longo prazo		157.695	200.882
Aplicações	5	117.828	169.098
Ativos de resseguro - provisões técnicas		13.971	11.091
Títulos e créditos a receber		23.276	19.461
Creditos tributários e previdenciários	17	7.120	6.263
Depósitos judiciais e fiscais	14	16.156	13.198
Custos de aquisição diferidos		2.620	1.232
Seguros		2.620	1.232
Investimento		293	93
Participações societárias		293	93
Imobilizado		8	15
Bens móveis		8	15
Intangível		621	621
Outros intangíveis		621	621
Total do ativo		644.869	487.031

	Nota	2011	2010
Passivo			
Circulante		422.116	320.003
Contas a pagar		39.669	23.129
Obrigações a pagar		27.200	8.391
Impostos e encargos sociais a recolher		7.474	7.540
Debitos e contribuições		4.995	7.198
Débitos de operações com seguros e resseguros		65.538	65.002
Prêmios a restituir		103	493
Operações com seguradoras		2.537	1.505
Operações com resseguradoras		17.324	10.655
Corretores de seguros e resseguros		20.502	14.890
Outros débitos operacionais		25.072	37.459
Depósitos de terceiros		5.291	5.758
Provisões técnicas - seguros	7	311.618	226.114
Danos		311.618	226.114
Passivo não circulante		95.582	62.631
Contas a pagar		284	85
Provisões técnicas - seguros	10	83.386	49.865
Danos		83.386	49.865
Outros débitos		11.912	12.681
Provisões judiciais	14	11.912	12.681
Patrimônio líquido		127.171	104.397
Capital social	15	89.570	89.570
Reservas de lucros		37.175	14.699
Ajustes com títulos e valores mobiliários		426	128
Total do passivo		644.869	487.031

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADO Exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010 (Em milhares de reais, exceto lucro líquido por ação)

	Nota	2011	2010
Prêmios emitidos líquidos	16	467.644	145.899
(-) Variações de provisões técnicas de prêmios		(48.317)	(16.338)
(-) Prêmios ganhos		419.327	129.561
(+) Receita com emissão de apólice		11.656	2.878
(-) Sinistros ocorridos	16	(163.901)	(37.189)
(-) Custos de aquisição	16	(190.803)	(61.214)
(+/-) Outras receitas e despesas operacionais		(28.237)	(10.497)
(+) Resultado com resseguro		8.575	(726)
(+) Receita com resseguro		44.613	10.168
(-) Despesas com resseguro		(36.038)	(10.894)
(-) Despesas administrativas	16	(25.579)	(9.185)
(-) Despesas com tributos	16	(14.393)	(4.300)
(+) Resultado financeiro	16	33.765	12.526
(=) Resultado operacional		50.410	21.454
(+) Ganhos ou perdas com ativos não correntes		-	(63)
(-) Resultado antes dos impostos e participações		50.410	21.391
(-) Imposto de renda	17	(12.071)	(4.938)
(-) Contribuição social	17	(7.389)	(3.067)
(-) Participações sobre o resultado		(1.474)	(5.777)
(=) Lucro líquido		29.476	12.809
(/) Quantidade de ações		14.823	14.823
(=) Lucro líquido por ação		1.988,53	864,13

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS ABRANGENTES Exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010 (Em milhares de reais)

	2011	2010
Lucro líquido do exercício	29.476	12.809
Outros resultados abrangentes	298	124
Variação líquida no valor justo de ativos financeiros disponíveis para venda	497	200
Imposto de renda e contribuição social sobre resultados abrangentes	(199)	(80)
Resultado abrangente do exercício, líquido dos impostos	29.774	12.929
Resultado abrangente do exercício atribuível aos:		
Acionistas da empresa controladora	29.774	12.929

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA Exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010 (Em milhares de reais)

	2011	2010
ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Recebimentos de prêmios de seguro	475.925	124.579
Recuperações de sinistros e comissões	5.474	87
Outros recebimentos operacionais (salvados, ressarcimentos e outros)	1.731	2.765
Pagamentos de sinistros e comissões	(306.673)	(78.301)
Repasses de prêmios por cessão de riscos	(27.724)	(5.717)
Pagamentos de despesas com operações de seguros e resseguros	(15.980)	(2.786)
Pagamentos de despesas e obrigações	(27.352)	(4.943)
Pagamento de indenizações e despesas em processos judiciais	(9.719)	(447)
Outros pagamentos operacionais	(19.321)	(42.406)
Recebimentos de juros e dividendos	-	384
Constituição de depósitos judiciais	(2.619)	(1.043)
Resgates de depósitos judiciais	-	867
Pagamentos de participações nos resultados	-	(131)
Caixa gerado pelas operações	73.742	(7.092)
Impostos e contribuições pagos	(34.506)	(9.337)
Investimentos financeiros:		
Aplicações	(224.916)	(52.389)
Vendas e resgates	195.593	71.535
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais	9.913	2.717
ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Pagamento pela Compra de Ativo Permanente:		
Imobilizado	(9)	6
Caixa líquido consumido nas atividades de investimento	(9)	6
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Distribuição de dividendos e juros sobre o capital próprio	(3.042)	(226)
Caixa Líquido Gerado/(Consumido) nas Atividades de Financiamento	(3.042)	(226)
Redução líquida de caixa e equivalentes de caixa	6.862	2.497
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	2.970	473
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	9.832	2.970
Redução/aumento nas aplicações financeiras - recursos livres	(14.435)	21.414
RECONCILIAÇÃO ENTRE LUCRO LÍQUIDO E O FLUXO DE CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
	2011	2010
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Resultado do período	29.479	12.807
Ajustes para:		
Depreciações e amortizações	8	24
Resultado na venda de imobilizado	-	63
Provisão para risco de crédito	1.955	(629)
Dividendos propostos	(7.000)	(3.042)
Aumento de capital	-	85.001
Variação nas contas patrimoniais:		
Aplicações	(89.212)	(214.397)
Creditos das operações de seguros e resseguros	(13.590)	(118.439)
Ativos de resseguro - provisões técnicas	(24.734)	(79.404)
Títulos e créditos a receber	(10.360)	(14.591)
Outros valores e bens	3	(14)
Despesas antecipadas	(561)	6
Custos de aquisição diferidos	(12.329)	(34.208)
Contas a pagar	17.631	22.895
Débitos de operações com seguros e resseguros	536	64.369
Depósitos de terceiros	(467)	5.741
Provisões técnicas - seguros	119.025	270.287
Outros débitos	(769)	5.948
Variação de ajustes de TVM (PL)	298	120
Fluxo de caixa decorrente das atividades operacionais	9.913	2.717

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010 (Em milhares de reais)

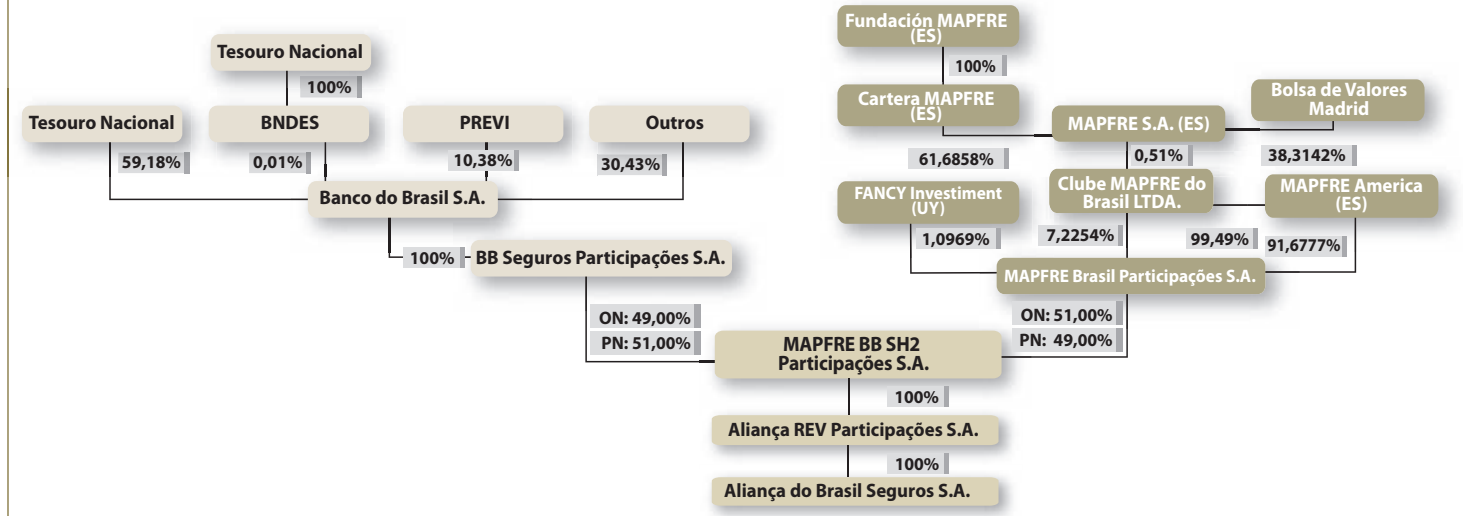
	Capital Social	Reservas de lucros	Ajustes com Títulos e Valores Mobiliários	Lucros Acumulados	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2009	4.569	485	4.447	8	9.509
Aumento de capital:					
AGE de 10.05.2010	85.001	-	-	-	85.001
Títulos e valores mobiliários	-	-	-	120	120
Lucro líquido do exercício	-	-	-	12.809	12.809
Proposta para distribuição do resultado:					
Reserva legal	-	641	-	(641)	-
Reserva de lucros	-	9.126	-	(9.126)	-
Dividendos	-	-	-	(3.042)	(3.042)
Saldo em 31 de dezembro de 2010	89.570	1.126	13.573	128	104.397
Títulos e valores mobiliários	-	-	-	298	298
Lucro líquido do exercício	-	-	-	29.476	29.476
Proposta para distribuição do resultado:					
Reserva legal	-	1.474	-	(1.474)	-
Dividendos propostos	-	-	-	(7.000)	(7.000)
Reserva de lucros	-	-	21.002	(21.002)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2011	89.570	2.600	34.575	426	127.171

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010 (Em milhares de reais)

1. CONTEXTO OPERACIONAL
A Aliança do Brasil Seguros S.A. (doravante referida também como "Seguradora"), é uma sociedade anônima de capital fechado, sediada em São Paulo, autorizada pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP a operar em todos os ramos de seguros em todo o território nacional e atua com os ramos de riscos de danos. A Seguradora está sediada na Avenida das Nações Unidas, 11711, 21º andar, São Paulo e cadastrada no CNPJ sob o nº 01.378.407/0001-10. A Seguradora, no desenvolvimento de suas atividades, atua de forma integrada com o Banco do Brasil (doravante referido também como "BB") e empresas a ele ligadas, mantendo com essas empresas algumas operações, as quais estão detalhadas na Nota Explicativa 18. Em 29 de abril de 2010 a SUSEP aprovou parte da reorganização operacional e societária deliberada em 11 de dezembro de 2009 pela Administração relacionada às mudanças: de sua denominação social para Aliança do Brasil Seguros S.A., de sua sede para São Paulo, de seu objeto social e dos ramos de seguro e abrangência geográfica de sua atuação, condicionada ao aumento de capital de R\$ 85.001 mil que foi realizado em 28 de maio de 2010. Em 5 de maio de 2010 o Banco do Brasil (BB) firmou acordo de parceria com o Grupo MAPFRE, por meio da BB Seguros Participações S.A. (subsidiária integral do BB) e MAPFRE Brasil Participações S.A., para atuação conjunta em certos segmentos do mercado segurador. A operacionalização dessa parceria requereu

a reorganização societária da área de seguros da BB Seguros e Participações S.A., na qual se incluiu esta Seguradora. Neste sentido, aconteceu a transferência da totalidade da carteira de seguros do ramo vida da Seguradora para a Companhia de Seguros Aliança do Brasil e da carteira de seguros de certas classes de operações de riscos de danos da Companhia de Seguros Aliança do Brasil para a Seguradora, prevista nessa reorganização, que foi efetivada em 1º de setembro de 2010, com base nos saldos contábeis de 31 de agosto de 2010, após aprovada pela SUSEP, conforme Portaria SUSEP 3.736 de 4 de agosto de 2010. Adicionalmente, em 25 de fevereiro foi transferida a titularidade das ações que a Companhia de Seguros Aliança do Brasil possuía da Seguradora para a Aliança REV Participações S.A. (anteriormente denominada BB Aliança REV Participações S.A.), referida também como "Aliança REV". Os atos societários para operacionalização da parceria entre o Banco do Brasil e o Grupo MAPFRE foram concluídos em 30 de junho de 2011, dando origem ao GRUPO SEGURADOR BANCO DO BRASIL E MAPFRE, representado por duas Sociedades Holding, conforme composição acionária abaixo: a) BB MAPFRE SH1 Participações S.A., com foco de atuação nos segmentos de seguros de pessoas, imobiliário e agrícola. b) MAPFRE BB SH2 Participações S.A., com atuação nos segmentos de seguros de danos, incluídos os seguros de veículos e excluídos os seguros imobiliário e agrícola. A composição acionária em 31 de dezembro de 2011 era a seguinte:



2. ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

a) Declaração de conformidade: Em 29 de abril de 2011, a SUSEP emitiu a Circular nº 424 que dispõe sobre as alterações das Normas Contábeis a serem observadas pelas entidades abertas de previdência complementar, sociedades de capitalização, sociedades seguradoras e resseguradoras locais, com efeitos retroativos a partir de 1º de janeiro de 2011. Essa circular homologa os pronunciamentos técnicos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), e revoga Circulares SUSEP nºs 379/08, 385/09, 406/09 e 408/10. Desta forma, as demonstrações financeiras foram elaboradas conforme os dispositivos da Circular SUSEP 424/11 e os pronunciamentos técnicos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), e normas do Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP), doravante denominadas "práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pela SUSEP". Este é o primeiro ano de adoção integral dos CPCs homologados pela SUSEP. Não houve efeito de transição das práticas contábeis anteriormente previstas na Circular SUSEP nº 379/08 para a Circular SUSEP nº 424/11, relativas ao patrimônio líquido e ao resultado. As isenções adotadas e exceções obrigatórias estão relacionadas na nota 19. Essas demonstrações financeiras foram aprovadas pela Diretoria em 8 de fevereiro de 2012.
b) Comparabilidade: As demonstrações financeiras estão sendo apresentadas com informações comparativas de 31

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010 (Em milhares de reais)

despesas de comercialização diferidas e dos ativos intangíveis diretamente relacionados aos contratos de seguros. O teste foi realizado considerando as determinações da Circular SUSEP nº 410/2010 e nenhuma insuficiência foi identificada. As principais premissas utilizadas no teste foram:

Premissas	Descrição
Taxa de juros contratada para ativos e passivos	Produtos sem garantia de juros
Taxa de juros esperada para os ativos	Produtos sem garantia de juros
Taxa de desconto	Taxa de juros livre de risco pré-fixada
Tábua	Não há
Sinistralidade	71%

I. Passivos financeiros: Compreende substancialmente fornecedores, contas a pagar e as contas que compõem o grupo “ débitos com operações de seguros ” que são reconhecidos inicialmente ao valor justo.
m. Provisões, passivos e ativos contingentes: Uma provisão é reconhecida em função de um evento passado, e se a mesma possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. As contingências passivas são objeto de avaliação individualizada, efetuada pela assessoria jurídica da Seguradora, com relação às probabilidades de perda. Estas são provisionadas quando mensuráveis e quando a probabilidade de perda é avaliada como “provável”, conforme critérios estabelecidos no pronunciamento técnico CPC 25 do Comitê de Pronunciamentos Contábeis, consideradas as orientações previstas nas Cartas Circulares SUSEP/DECON/GAB nº 15/06 e 17/06. Passivos contingentes são divulgados se existir uma possível obrigação futura resultante de eventos passados ou se existir uma obrigação presente resultante de um evento passado, e o seu pagamento não for provável ou seu montante não puder ser estimado de forma confiável. Ativos contingentes são reconhecidos contabilmente somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis definitivas, sobre as quais não cabem mais recursos, caracterizando o ganho com praticamente certo. Os ativos contingentes com probabilidade de êxito provável são apenas divulgados.
n. Outras receitas e despesas oriundas dos contratos de seguros: Compreende substancialmente as despesas com apólices e contratos, reconhecidas no resultado à medida que são incorridas.
o. Receitas e despesas financeiras: As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre ativos financeiros (incluindo ativos financeiros disponíveis para venda), ganhos na alienação de ativos financeiros disponíveis para venda, variações no valor justo de ativos financeiros designados por meio do resultado a valor justo e ganhos nos instrumentos derivativos que são reconhecidos no resultado. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos. As despesas financeiras abrangem despesas com atualização monetária das provisões técnicas, variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado, perdas por redução ao valor recuperável (impairidade) reconhecidas nos ativos financeiros e perdas nos instrumentos derivativos que estão reconhecidos no resultado.
p. Imposto de renda e contribuição social: O imposto de renda é calculado à alíquota de 15% sobre o lucro tributável, acrescida de 10% sobre a parcela do lucro tributável anual excedente a R\$ 240 mil e a contribuição social sobre o lucro líquido é calculada à alíquota de 15% sobre o lucro tributável. A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda correntes e diferidos, os quais não são reconhecidos no resultado quando relacionados a itens diretamente registrados no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes. O imposto corrente é o imposto a pagar sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, calculado com base nas alíquotas vigentes na data de apresentação das demonstrações financeiras e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de recolhimento (impostos correntes), mensurado pelas alíquotas vigentes aplicadas sobre prejuízos fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias não dedutíveis e quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estejam disponíveis e contra os quais serão utilizados. Ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos são revisados a cada data de relatório e serão reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável.

4. GERENCIAMENTO DE RISCOS

A Seguradora, de forma geral, está exposta aos seguintes riscos provenientes de suas operações e que podem afetar, com maior ou menor grau, os seus objetivos estratégicos e financeiros.
• Risco de seguro;
• Risco de crédito;
• Risco de liquidez;
• Risco de mercado;
• Risco operacional.
A finalidade desta nota explicativa é apresentar informações gerais sobre estas exposições, bem como os critérios adotados pela Seguradora na gestão e mitigação de cada um dos riscos acima mencionados.
Estrutura de gerenciamento de riscos: O gerenciamento de riscos é essencial em todas as atividades, utilizando-o com o objetivo de adicionar valor ao negócio à medida que proporciona suporte às áreas de negócios no planejamento das atividades, maximizando a utilização de recursos próprios e de terceiros. A Seguradora conta com um sistema de gestão de riscos, constantemente aperfeiçoado, que segue as diretrizes dos modelos internacionais como COSO II-ERM e COBIT e as linhas mestras da Diretiva de Solvência II, aprovada pelo Parlamento Europeu. Alinhado à regulamentação vigente e às políticas corporativas mundiais dos acionistas BANCO DO BRASIL E MAPFRE, o sistema está baseado na gestão integrada de cada um dos processos de negócio e na adequação do nível de risco aos objetivos estratégicos estabelecidos. O processo de gerenciamento de riscos conta com a participação de todas as camadas contempladas pelo escopo de governança corporativa que abrange desde a Alta Administração até as diversas áreas de negócios e produtos na identificação, tratamento e monitoramento desses riscos. O gerenciamento de todos os riscos inerentes às atividades de modo integrado é abordado dentro de um processo apoiado na estrutura de Controles Internos e Gestão de Riscos. Essa abordagem proporciona o aprimoramento contínuo dos modelos de gestão de riscos e minimiza a existência de lacunas que possam comprometer a correta identificação e mensuração dos riscos. A gestão dos riscos corporativos é sustentada por ferramentas estatísticas como testes de adequação de passivos, análises de sensibilidade, cálculo de VaR, indicadores de suficiência de capital, dentre outros. A estas ferramentas, adiciona-se a parcela qualitativa da gestão de riscos, com os resultados de auto avaliação de riscos, coleta de informações de perdas e análises de resultados de testes e controles, e de auditorias. A integração destas ferramentas permite uma análise completa e integrada dos riscos corporativos. Para assegurar a unicidade ao processo de gerenciamento de riscos, constituíram-se os seguintes comitês:
• **Comitê Financeiro:** constituído com o caráter de análise e a avaliação das questões ligadas a aspectos de finanças. É de competência desse comitê acompanhar o desempenho financeiro e propor para apreciação da Administração, dentre outros, as políticas e os limites para administração dos riscos financeiros.
• **Comitê de Riscos e Controles Internos:** constituído como órgão de apoio vinculado ao Comitê Executivo, no âmbito da estrutura de governança corporativa do GRUPO SEGURADORR BANCO DO BRASIL E MAPFRE, adiante designado apenas GRUPO, tendo como objetivo avaliar e acompanhar, bem como auxiliar a alta direção no processo de avaliação e decisão quanto aos riscos corporativos e controles internos, de acordo com as diretrizes estabelecidas pela Administração.
• **Comitê de Auditoria:** Órgão estatutário de assessoramento a Administração que tem como atribuições, entre outras, revisar as demonstrações financeiras, à luz das práticas contábeis vigentes; avaliar a qualidade do sistema de controles internos, à luz da regulamentação vigente e dos códigos internos; avaliar a efetividade das auditorias independente e interna; e propor a Administração o aprimoramento das políticas, práticas e procedimentos identificados no âmbito de suas atribuições.
• **Comitê Executivo:** cabe a este comitê zelar pela agilidade e qualidade do processo decisório da Seguradora. Possui atribuições específicas que colaboram com o ambiente de controles internos tais como a gestão dos processos de prevenção e combate à lavagem de dinheiro, a divulgação e disseminação dos mais elevados padrões de conduta ética e a otimização de recursos. O relacionamento dos Comitês com a alta administração respeita as alçadas definidas pelo sistema normativo, contudo, sempre é respeitado o nível de independência requerido para as análises técnicas. Os Comitês têm em seus regimentos a definição das atribuições e reportes. Ainda com o intuito de gerir os riscos aos quais a Seguradora está exposta, a Auditoria Interna possui um importante papel. A sua independência de atuação e a continuidade dos exames efetuados colaboram para uma gestão de riscos adequada ao perfil da Seguradora. A auditoria interna fornece análises, apreciações, recomendações, pareceres e informações relativas às atividades examinadas, promovendo, assim, um controle efetivo a um custo razoável. O escopo da Auditoria Interna está voltado ao exame e à avaliação da adequação e eficácia do sistema de controle interno, bem como à qualidade do desempenho no cumprimento das atribuições e responsabilidades.
a) Risco de Seguro: A Seguradora define risco de seguro como o risco transferido por qualquer contrato onde haja a possibilidade futura de que o evento de sinistro ocorra e onde haja incerteza sobre o valor de indenização resultante do evento de sinistro. Os contratos de seguro que transferem risco significativo são aqueles onde a Seguradora possui a obrigação de pagamento de um benefício adicional significativo aos seus segurados em cenários com substância comercial, classificados através da comparação entre cenários nos quais o evento ocorra, afetando os segurados de forma adversa, e cenários onde o evento não ocorra. Pela natureza intrínseca de um contrato de seguro, o seu risco é de certa forma, acidental e consequentemente sujeito a oscilações. Para um grupo de contratos de seguro onde a teoria da probabilidade é aplicada para a precificação e provisionamento, a Seguradora entende que o principal risco transferido para a Seguradora é o risco de que sinistros avisados e os pagamentos de benefícios resultantes desses eventos excedam o valor contábil dos passivos de contratos de seguros. Essas situações ocorrem, na prática, quando a frequência e severidade dos sinistros e benefícios aos segurados são maiores do que previamente estimados, segundo a metodologia de cálculo destes passivos. A experiência histórica demonstra que, quanto maior o grupo de contratos de riscos similares, menor seria a variabilidade sobre os fluxos de caixa que a Seguradora incorreria para fazer face aos eventos de sinistros. A Seguradora utiliza estratégias de diversificação de riscos e programas de resseguro, com resseguradoras que possuam *rating* de risco de crédito de alta qualidade, de forma que o resultado adverso de eventos atípicos e vultosos seja minimizado. Não obstante, parte dos riscos de crédito e subscrição aos quais a Seguradora está exposta é minimizada em função da menor parcela dos riscos aceitos possuírem importâncias seguras elevadas.
Concentração de riscos: As potenciais exposições a concentração de riscos são monitoradas analisando determinadas concentrações em determinadas áreas geográficas, utilizando uma série de premissas sobre as características potenciais da ameaça. O quadro abaixo mostra a concentração de risco no âmbito do negócio por região e por produto de seguro baseada no valor de prêmio líquido de resseguro.

Região geográfica	2011	2010
	%	%
Centro-Oeste	13%	10%
Nordeste	18%	15%
Norte	6%	6%
Sudeste	43%	37%
Sul	20%	32%
	100%	100%

Sensibilidade do risco de seguro: O risco de seguro é definido como a possibilidade de perdas decorrentes de falhas na precificação dos produtos de seguros bem como a inadequação em relação à estimativa das provisões técnicas. As provisões técnicas representam valor significativo do passivo e correspondem aos diversos compromissos financeiros futuros das seguradoras com seus clientes. Em função da relevância do montante financeiro e das incertezas que envolvem os cálculos das provisões, foi considerada na análise, as variáveis mais relevantes para cada tipo de negócio.
Sensibilidade do risco de seguro: O risco de seguro é definido como a possibilidade de perdas decorrentes de falhas na precificação dos produtos de seguros bem como a inadequação em relação à estimativa das provisões técnicas. As provisões técnicas representam valor significativo do passivo e correspondem aos diversos compromissos financeiros futuros das seguradoras com seus clientes. Em função da relevância do montante financeiro e das incertezas que envolvem os cálculos das provisões, foi considerada na análise, as variáveis mais relevantes para cada tipo de negócio. Como fatores de risco elegeram-se as variáveis abaixo:
a) Provisões Técnicas: 1. Provisão de IBNR: Similares como um possível e razoável aumento no atraso entre a data de aviso e a data de ocorrência dos sinistros poderia afetar o saldo da provisão de IBNR e consequente resultado e o patrimônio líquido em 31/12/2010 e 31/12/2011. O parâmetro de sensibilidade utilizado considerou um agravamento nos fatores de IBNR relativo ao desenvolvimento dos sinistros, com base na variabilidade média desses fatores. 2. Provisão de Insuficiência de Prêmios PIP para seguros de curto prazo: Similares como um agravamento de 5% na premissa de sinistralidade da PIP afetaria o Resultado e Patrimônio Líquido em 31/12/2010 e 31/12/2011, respectivamente. Os resultados obtidos demonstraram que mesmo com a elevação de 5% na sinistralidade, a Provisão de Prêmios Não Ganhos - PPNG é mais que suficiente para cobertura dos sinistros e despesas futuras.
b) Sinistralidade: Similares como uma elevação de 5% na sinistralidade da carteira teria impactado o Resultado e Patrimônio Líquido em 31/12/2010 e 31/12/2011, respectivamente.
c) Taxa de Juros: Similares como uma redução de 1% na taxa de juros afetaria o Rendimento Financeiro do exercício e consequentemente o Resultado e Patrimônio Líquido. Considerando as premissas acima descritas, os valores apurados são:

Fator de Risco	Sensibilidade	2011	2010
		Impacto no Patrimônio Líquido	Impacto no Patrimônio Líquido
a. Provisões Técnicas	Alteração das principais premissas das provisões técnicas	(1.987)	(1.136)
a1. IBNR	Coefficiente de Variação dos Fatores de IBNR	(1.987)	(1.136)
a2. PIP de longo prazo	Aumento Agravado de 5% na Tábua de Mortalidade	N/A	N/A
	Redução Redução de 1% na Taxa de desconto da PIP	N/A	N/A
	Como uma elevação de 5% na		
b. Sinistralidade	Aumento sinistralidade afetaria o exercício	(7.754)	(1.615)
	Como uma redução de 1% na taxa de		
c. Taxa de Juros	Redução juros afetaria o exercício	(2.639)	(1.103)

Risco de crédito: Risco de crédito é o risco de prejuízo financeiro caso um cliente ou uma contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais, que surgem principalmente dos recebíveis de clientes e em ativos financeiros. O risco de crédito pode se materializar por meio dos seguintes fatos:
• Perdas decorrentes de inadimplência, por falta de pagamento do prêmio ou de suas parcelas por parte dos segurados;
• Possibilidade de algum emissor de títulos privados não efetuar o pagamento previsto no vencimento;
• Incapacidade ou inviabilidade de recuperação de comissões pagas aos corretores quando as apólices forem canceladas;
• Colapso ou deterioração na capacidade de crédito dos cosseguradores, resseguradores, intermediários ou outras contrapartes.
Exposição ao risco de crédito de seguro: A exposição ao risco de crédito para prêmios a receber difere entre os ramos de risco a decorrer e riscos decorridos, onde nos ramos de risco decorridos a exposição é maior uma vez que a cobertura é dada em antecedência ao pagamento do prêmio de seguro. A Administração entende que, no que se refere às operações de seguros, não há uma exposição significativa ao risco de crédito, uma vez que a Seguradora opera com produtos fundamentalmente massificados. Considera-se, também, que o risco é minimizado uma vez que a maior parte dos seus segurados é correntista do Banco do Brasil, e os prêmios são, usualmente, debitados automaticamente em sua conta-corrente. Em relação às operações de resseguro, a Seguradora está exposta a concentrações de risco com resseguradoras individuais, devido à natureza do mercado de resseguro e à faixa estrita de resseguradoras que possuem classificações de crédito aceitáveis. A Seguradora adota uma política de gerenciar as exposições das contrapartes de resseguro, operando somente com resseguradores com alta

Aliança do Brasil Seguros S.A. - CNPJ nº 01.378.407/0001-10

qualidade de crédito refletidas nos *ratings* atribuídos por agências classificadoras. Até 31 de dezembro de 2011, os parceiros de resseguros eram: IRB Brasil Resseguros S.A. - 84%; MAPFRE Re Companhia de Resseguros S.A., - 6%; Munich Re do Brasil Resseguradora S.A. - 9%; MAPFRE Re do Brasil, - 1%. Em 31 de dezembro de 2011 o total de ativos de resseguro recuperáveis é de R\$ 15.306 (R\$ 8.688 em 2010), sendo que parte relevante desse saldo tinha como contraparte o IRB Brasil Resseguros S.A.
Gerenciamento do Risco de Crédito: Os resseguradores são sujeitos a um processo de análise de risco de crédito em uma base contínua para garantir que os objetivos de mitigação de risco de seguros e de crédito sejam atingidos. A Política de Investimentos prevê a diversificação da carteira de investimentos (ativos financeiros) e do estabelecimento de limites de exposição por emissor e a exigência de *rating* mínimo “A” para alocação. Alguns focos de atenção para o risco de crédito são: evitar a concentração de negócios em resseguradores, em grupos de clientes, em um mesmo grupo econômico ou até em regiões geográficas. O gerenciamento de risco de crédito referente aos instrumentos financeiros inclui o monitoramento de exposições ao risco de crédito de contrapartes individuais em relação às classificações de crédito por companhias avaliadoras de riscos, tais como *Fitch Ratings*, *Standard & Poor’s* e *Moody’s*. As diretrizes de resseguros também colaboram para o monitoramento do risco de crédito de seguros, e são determinadas através de norma interna.
Risco de liquidez: O risco de liquidez está relacionado tanto com a incapacidade de a Seguradora saldar seus compromissos, quanto aos sacrifícios ocasionados na transformação de um ativo em caixa necessário para quitar uma obrigação. Forte posição de liquidez é mantida por meio da gestão do fluxo de caixa e equilíbrio entre ativos e passivos para manter recursos financeiros suficientes para cumprir as obrigações à medida que estas atinjam seu vencimento.
Exposição ao risco de liquidez: O risco de liquidez é limitado pela reconciliação do fluxo de caixa de nossa carteira de investimentos com os respectivos passivos. Para tanto, são empregados métodos atuariais para estimar os passivos oriundos de contratos de seguro.
Gerenciamento do risco de crédito: A administração do risco de liquidez envolve um conjunto de controles, principalmente no que diz respeito ao estabelecimento de limites técnicos, com permanente avaliação das posições assumidas e instrumentos financeiros utilizados. É aprovada, anualmente, pela Diretoria os níveis mínimos de liquidez a serem mantidos, assim como os instrumentos para gestão da liquidez, tendo como base as premissas estabelecidas na Política de Investimentos a qual é aprovada pela Administração. O gerenciamento do risco de liquidez é realizado pela Superintendência Financeira e tem por objetivo controlar os diferentes descausamentos dos prazos de liquidação de direitos e obrigações. A Seguradora monitora, por meio da gestão de ativos e passivos (ALM), as entradas e os desembolsos futuros, a fim de manter o risco de liquidez em níveis aceitáveis e, caso necessário, apontar com antecedência possíveis necessidades de redirecionamento dos investimentos. Outro aspecto importante referente ao gerenciamento de risco de liquidez é o casamento dos fluxos de caixa dos ativos e passivos. Para uma proporção significativa dos contratos de seguros de vida o fluxo de caixa está vinculado, direta e indiretamente, com os ativos que suportam esses contratos. Para os demais contratos de seguros, o objetivo é selecionar ativos com prazos e valores com vencimento equivalente ao fluxo de caixa esperado para os sinistros/benefícios destes ramos. As estimativas utilizadas para determinar os valores e prazos aproximados para o pagamento de indenizações e benefícios são revisadas mensalmente. Essas estimativas são inerentemente subjetivas e podem impactar diretamente na capacidade em manter o equilíbrio de ativos e passivos.

	A Vencer em até 1 ano	entre 1 e 3 anos	A Vencer entre 3 e 6 anos	A Vencer acima de 3 anos	Total
Caixa e equivalentes de caixa	71.163	-	-	-	71.163
Valor justo por meio do resultado	46.610	62.722	-	-	109.332
Disponível para venda	25.851	45.405	5.225	-	76.481
Mantidos até o vencimento	1.391	45.178	2.220	-	68.589
Créditos das operações de seguros e resseguros	132.704	-	-	-	132.704
Ativos de resseguro	67.429	22.568	5.289	-	95.286
Créditos tributários e previdenciários	329	7.120	-	-	7.449
Despesas antecipadas	579	-	-	-	579
Custo de aquisição Diferidos	39.516	4.134	2.707	-	46.357
Outros ativos	10.999	-	-	-	10.999
Total dos ativos financeiros	396.571	187.127	35.241	618.939	
Contas a pagar	39.669	284	-	-	39.953
Débitos de operações com seguros e resseguros	65.538	-	-	-	65.538
Depósitos de terceiros	5.291	-	-	-	5.291
Provisões técnicas - seguros e resseguros	296.972	75.685	22.347	-	395.004
Total dos passivos financeiros	407.470	75.969	22.347	505.786	

Os ativos financeiros relacionados a Depósitos Judiciais, R\$ 16.156, Ativos de Resseguro referentes à processos judiciais de sinistros, R\$ 8.853, e os passivos financeiros relativos a Provisões Judiciais, R\$ 11.912, não foram classificados no quadro acima devido à expectativa incerta do prazo das respectivas decisões judiciais. Outro importante aspecto referente ao gerenciamento de risco de liquidez é o casamento dos fluxos de caixa dos ativos e passivos. O objetivo é selecionar ativos com prazos e valores com vencimento equivalente ao fluxo de caixa esperado para os sinistros/benefícios dos ramos operados. As estimativas utilizadas para determinar os valores e prazos aproximados para o pagamento de indenizações e benefícios são revisadas mensalmente. Essas estimativas são inerentemente subjetivas e podem impactar diretamente na capacidade em manter o balançamento de ativos e passivos.
Risco de mercado: Risco de mercado é o risco de alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de câmbio, taxas de juros e preços de ações, nos ganhos da Seguradora ou no valor de suas participações em instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno dos investimentos. A política da Seguradora, em termos de exposição a riscos de mercado, é conservadora, sendo que o de risco de mercado é calculado pela Diretoria de Risco do Banco do Brasil com base em cenários de stress, histórico e na metodologia de *Value at Risk (VaR)*. Diariamente a Superintendência Financeira e a BB-DTVM acompanham o resultado do VaR e apresentam periodicamente nas reuniões do Comitê Financeiro, visando identificar necessidades de realocação. A metodologia adotada para a apuração do VaR é a série histórica de 150 dias, com nível de confiança de 95% e horizonte temporal de 1 dia útil. Considerando o efeito da diversificação entre os fatores de risco, a possibilidade de perda estimada pelo modelo do VaR, para o intervalo de 1 dia é de R\$ 319 (2010 - R\$ 833). No exercício analisado, as posições que mais contribuíam, em termos de risco, foram as relacionadas aos papéis indexados a índices de preços e taxa de juros pré-fixada. Os investimentos financeiros são gerenciados ativamente com uma abordagem de balançamento entre qualidade, diversificação, liquidez e retorno de investimento. O principal objetivo do processo de investimento é aperfeiçoar a relação entre taxa, risco e retorno, alinhando os investimentos aos fluxos de caixa dos passivos. Para tanto, são utilizadas estratégias que levam em consideração os níveis de risco aceitáveis, prazos, rentabilidade, sensibilidade, liquidez, limites de concentração de ativos por emissor e risco de crédito.
Sensibilidade a Taxa de Juros: Na presente análise de sensibilidade são considerados os seguintes fatores de risco: (i) taxa de juros e (ii) cupons de títulos indexados a índices de inflação (INPC, IGP-M e IPCA) em função da relevância dos mesmos nas posições ativas e passivas da Seguradora. A definição dos parâmetros quantitativos utilizados na análise de sensibilidade (100 pontos base para taxa de juros e para cupons de inflação) teve por base a análise das variações históricas de taxas de juros em período recente e premissa de não alteração das curvas de expectativa de inflação, refletindo nos respectivos cupons na mesma magnitude da taxa de juros. Historicamente, a Seguradora não resgata antecipadamente ao seu vencimento os ativos classificados na categoria mantidos até o vencimento, diante disto, os títulos classificados nessa categoria foram excluídos da base para a análise de sensibilidade uma vez que a Administração entende não estar sensível à variações na taxa de juros desses títulos visto a política de não resgatar-los antes do seu vencimento.

Movimentação das aplicações financeiras

Descrição	Saldo em 31/12/2010	Trans-ferência	Aplicações	Resgates	Ganho/Prov. Devs.	Rendimentos/Atualizações	Saldo em 31/12/2011	Classificação do Ativo
Certificado de Depósito Bancário - CDB	471	-	-	(485)	-	14	-	Disponível para Venda
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	30.788	-	-	-	(24)	3.601	34.365	Disponível para Venda
Letras do Tesouro Nacional - LTN	2.537	-	-	-	72	2.98	2.907	Disponível para Venda
Notas do Tesouro Nacional - NTN-B	77.969	-	-	(59.269)	50	4.602	23.804	Disponível para Venda
Notas do Tesouro Nacional - NTN-F	36.544	-	-	(37.030)	(80)	566	-	Disponível para Venda
Notas do Tesouro Nacional - NTN-F	8.656	-	-	(837)	-	974	8.793	Até o Vencimento
Fundo BB Aliança 3 F	22.931	25.924	278.987	(203.530)	-	11.438	135.750	Valor Justo Por Meio do Resultado
Fundo BB Aliança 3 FI	39.544	(25.924)	46.385	(6.900)	-	6.690	59.795	Até o Vencimento
Fundo de Invest. em Direitos Creditórios	7.082	-	-	(878)	-	878	7.082	Valor Justo Por Meio do Resultado
Fundo de Invest. Bradesco - DPVAT	-	-	9.162	(845)	-	972	9.289	Valor Justo Por Meio do Resultado
Fundo de Invest. BB - DPVAT	-	-	9.162	(845)	-	947	9.264	Valor Justo Por Meio do Resultado
Fundo de Invest. Itaú - DPVAT	-	-	9.162	(845)	-	960	9.277	Valor Justo Por Meio do Resultado
Letras Financeiras - LF	-	-	10.000	-	-	183	10.183	Disponível para Venda
Debêntures	-	-	5.005	(349)	29	539	5.224	Disponível para Venda
Total	226.523	-	367.865	(311.813)	497	32.663	315.733	-

a. Composição por prazo e por título

	2011	2010
Ativos designados pelo valor justo por meio do resultado	1 a 30 dias ou sem vencimento	31 a 180 dias
Operações Compromissadas	61.331	-
Notas do Tesouro Nacional (NTN-B)	-	-
Notas do Tesouro Nacional (NTN-F)	-	1.224
Quotas de Fundo DPVAT	10.484	-
Fundos de Investimento em Direitos Creditórios - Não Exclusivo	27.830	-
Letras do Tesouro Nacional (LTN)	7.082	-
Caixa/Ajustes DI	(11)	-
Total	104.621	1.224

	2010	2010
Ativos designados pelo valor justo por meio do resultado	31 a 180 dias	181 a 360 dias
Operações Compromissadas	22.934	-
Fundos de Investimento em Direitos Creditórios - Não Exclusivo	7.082	-
Caixa/Ajustes DI	(3)	-
Total	30.013	30.013

	2011	2010
Ativos financeiros disponíveis para venda	1 a 30 dias ou sem vencimento	31 a 180 dias
Letras Financeiras do Tesouro (LFT)	-	13.932
Notas do Tesouro Nacional (NTN-B)	-	11.919
Letras Financeiras	-	23.800
Debêntures	-	10.183
Letras do Tesouro Nacional (LTN)	-	5.225
	-	2.907
Total	6.815	61.866

	2010	2010
Ativos financeiros disponíveis para venda	31 a 180 dias	181 a 360 dias
Letras Financeiras do Tesouro (LFT)	-	30.788
Notas do Tesouro Nacional (NTN-B)	-	57.344
Letras do Tesouro Nacional (LTN)	-	2.537
Notas do Tesouro Nacional (NTN-F)	6.314	30.230
Certificados de Depósito Bancário (CDB)	-	471
Total	148.309	148.095

	2011	2010
Ativos mantidos até o vencimento	1 a 30 dias ou sem vencimento	31 a 180 dias
Letras do Tesouro Nacional (LFT)	-	-
Notas do Tesouro Nacional (NTN-F)	1.391	-
Total	1.391	-

	2010	2010
Ativos mantidos até o vencimento	31 a 180 dias	181 a 360 dias
Letras do Tesouro Nacional (LTN)	-	-
Notas do Tesouro Nacional (NTN-F)	-	-
Total	14.823	14.823

b. Determinação do valor justo: O valor justo das aplicações em fundos de investimento foi obtido a partir dos valores das quotas divulgadas pelas instituições financeiras administradoras desses fundos. Os títulos de renda fixa públicos tiveram seus valores justos obtidos a partir das tabelas de referência divulgadas pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais (ANBIMA). Os títulos de renda variável tiveram seus valores justos obtidos a partir da última cotação publicada pela BM&Fbovespa S.A. - Bolsa de Valores Mercadorias e Futuros (BM&Fbovespa). Os títulos de renda fixa privados tiveram suas cotações divulgadas pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (ANBIMA) ou por meio da utilização de metodologia de precificação definida pela BB Gestão de Recursos DTVM S.A. (BB-DTVM). Para a determinação do valor justo das debêntures são utilizadas as cotações diárias fornecidas pela ANBIMA e para aquelas sem cotação utiliza-se metodologia própria - “*marked to model*” - com base nas cotações de negócios realizados e divulgados no Sistema Nacional de Debêntures (SND). Para fins de cálculo do valor justo e como alternativa à ausência de negócios significativos, utilizam-se as cotações dos últimos 21 negócios efetivos divulgados pelo SND, com o devido tratamento estatístico de acordo com o manual de marcação a mercado disponível no site do BB-DTVM. Para os CDB’s foi desenvolvido um modelo de marcação a mercado que utiliza como base e parâmetros os negócios efetivos nos últimos 15 dias nos fundos de investimento da BB Gestão de Recursos DTVM S.A., leilões e/ou consultas no mercado e emissões primárias registradas na CETIP S.A. - Mercados Organizados. Os critérios de precificação dos instrumentos financeiros derivativos são

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010 (Em milhares de reais)

2011				Valora Receber/ Pagar
Derivativos	Quantidade	Valor de Referência	Valor Justo	
NTN-F- A vencer entre 1 a 30 dias	105	10.500	10.491	–
LTN - A vencer acima de 360 dias	50	5.000	4.322	–
NTN-FA vencer acima de 360 dias	235	23.500	19.238	(7)
	390	39.000	34.051	(7)

7. PRÊMIOS A RECEBER

2011			2010
Prêmios a receber		111.464	109.313
(-) Provisão para riscos de créditos sobre prêmios de seguros		(2.414)	(1.786)
Total		109.050	107.527

A Seguradora não possui nenhum prêmio de seguro a receber individualmente significativo.

a) Movimentação de prêmios a receber

2011			2010
Saldo Inicial		109.313	370
Prêmios emitidos		543.038	246.271
Cancelamentos		(54.429)	(31.230)
Recebimentos		(486.458)	(106.098)
Saldo em 31 de dezembro de 2011		111.464	109.313

b) Composição por prazo de vencimento

2011			2010
Vincendos		78.289	67.775
Vencidos: 1 a 30 dias		23.223	22.877
Vencidos: 31 a 60 dias		733	15.241
Vencidos: 61 a 120 dias		3.485	977
Vencidos: 121 a 180 dias		3.120	466
Vencidos: 181 a 365 dias		1.015	1.115
Vencidos superior a 365 dias		1.599	862
Total		111.464	109.313

O período médio de parcelamento oferecido pela Seguradora para liquidação dos prêmios pelos segurados é de 150 dias em 2011 e 2010.

8. OPERAÇÕES DE RESEGURO

a) Ativo

2011			2010
Prêmios		–	1.871
Recuperação de sinistros IRB		14.754	7.860
Outros		2.794	–
(-) Provisão para riscos de créditos com resseguradores		(2.242)	(1.043)
Total		15.306	8.688

b) Passivo

2011			2010
Prêmios cedidos		(17.863)	(10.615)
Comissão a recuperar		2.424	1.160
Outros		(1.885)	(1.200)
Total		(17.324)	(10.655)

9. DEPÓSITOS DE TERCEIROS

As contas registradas em Depósitos de Terceiros são compostas por valores recebidos efetivamente, ainda não baixados das contas de Prêmios a Receber, configurando uma conta transitória onde são registradas as operações de cobrança de prêmios da Seguradora.

2011			2010
1 a 30		1.675	3.800
31 a 60		693	258
61 a 120		803	1.241
121 a 180		128	103
181 a 365		1.140	55
Superior a 365		852	301
Total		5.291	5.758

10. DETALHAMENTO E MOVIMENTAÇÃO DAS PROVISÕES TÉCNICAS E CUSTOS DE AQUISIÇÃO DIFERIDOS

	Saldo em 31/12/2010	Constituições	Reversões	Atualizações	Saldo em 31/12/2011
Provisões técnicas de seguros					
Provisão de prêmios não ganhos (PPNG + PRVNE)	137.654	493.335	(445.437)	–	185.552
Provisão de insuficiência de prêmios (PIP)	–	–	–	–	–
Provisão de sinistros a liquidar	124.651	173.589	(112.615)	884	186.509
Provisão de eventos ocorridos e não avisados - IBNR	12.523	8.801	–	–	21.324
Outras provisões (PCP)	1.151	468	–	–	1.619
Total das provisões técnicas	275.979	676.193	(558.052)	884	395.004
Custo de aquisição diferido	34.028	160.803	(148.474)	–	46.357

	Saldo em 31/12/2010	Constituições	Reversões	Atualizações	Saldo em 31/12/2011
Provisões técnicas - resseguros					
Provisão de prêmios não ganhos (PPNG + PRVNE)	22.586	53.113	(47.906)	–	27.793
Provisão de insuficiência de prêmios (PIP)	–	–	–	–	–
Provisão de sinistros a liquidar	59.471	49.407	(30.369)	(217)	77.932
Provisão de eventos ocorridos e não avisados - IBNR	1.896	1.492	–	–	3.388
Outras provisões (PCP)	280	703	–	–	983
Total das provisões técnicas	84.233	104.355	(78.275)	(217)	110.096
Custo de aquisição diferido	4.828	14.738	(13.608)	–	5.958

	Saldo em 31/12/2009	Constituições	Reversões	Atualizações	Saldo em 31/12/2010
Provisões técnicas - seguros					
Provisão de prêmios não ganhos (PPNG + PRVNE)	439	406.551	(269.337)	–	137.653
Sinistros avisados (a liquidar)	1.870	161.770	(39.913)	924	124.651
Provisão de eventos ocorridos e não avisados - IBNR	3.016	9.508	–	–	12.524
Outras provisões (principalmente PCP)	367	784	–	–	1.151
Total das provisões técnicas	5.692	578.613	(309.250)	924	275.979
Custo de aquisição diferido	–	34.028	–	–	34.028
Provisões técnicas - resseguros					
Provisão de prêmios não ganhos (PPNG + PRVNE)	–	66.349	(43.764)	–	22.585
Sinistros avisados (a liquidar)	–	73.756	(13.811)	(474)	59.471
Provisão de eventos ocorridos e não avisados - IBNR	–	1.896	–	–	1.896
Outras provisões (principalmente PCP)	–	280	–	–	280
Total das provisões técnicas	–	142.281	(57.575)	(474)	84.232
Custo de aquisição diferido	–	4.828	–	–	4.828

11. DESENVOLVIMENTO DE SINISTROS

O quadro de desenvolvimento de sinistros tem como objetivo ilustrar o risco de seguro inerente, comparando os sinistros pagos com as suas respectivas provisões. Partindo do ano em que o sinistro foi ocorrido, a parte superior do quadro demonstra a variação da provisão no decorrer dos anos. A provisão varia à medida que as informações mais precisas a respeito da severidade dos sinistros são obtidas. A parte inferior do quadro demonstra a reconciliação dos montantes com os saldos contábeis.

Ano de ocorrência do sinistro							
Montante estimado para os sinistros	2006	2007	2008	2009	2010	2011	Total
• No ano da ocorrência	41.876	48.201	49.438	44.793	61.051	48.741	294.100
• Um ano após a ocorrência	36.675	43.757	40.865	39.121	42.721	–	203.139
• Dois anos após a ocorrência	38.687	43.229	39.980	34.556	–	–	156.452
• Três anos após a ocorrência	38.659	42.709	37.268	–	–	–	118.636
• Quatro anos após a ocorrência	38.510	38.711	–	–	–	–	77.221
• Cinco anos após a ocorrência	36.846	–	–	–	–	–	36.846
Estimativa dos sinistros na data-base	36.846	38.711	37.268	34.556	42.721	48.741	238.842
Pagamentos de sinistros efetuados	36.846	38.710	37.233	34.418	41.921	40.897	230.025
Sinistros Pendentes	–	1	35	138	800	7.844	8.818

12. COBERTURA DAS PROVISÕES TÉCNICAS

2011						2010
Provisões técnicas				395.004		275.979
Parcela correspondente a resseguros contratados				(104.139)		(84.233)
Direitos creditórios				(52.112)		(39.631)
Provisões retidas pelo IRB				(354)		(352)
DPVAT				(27.820)		–
Total a ser coberto				210.579		151.763
Bens oferecidos em cobertura:						
Quotas e fundos de investimentos				193.662		46.626
Títulos de renda fixa - públicos				69.866		156.493
Títulos de renda fixa - privados				15.408		–
				278.936		203.119

13. PROVISÃO DE SINISTRO A LIQUIDAR JUDICIAL

a) Composição das ações judiciais por probabilidade de perda

2011						2010
PSL Judicial	Quan-tidade	Valor da Causa	Valor da Provisão	Quan-tidade	Valor da Causa	Valor da Provisão
Provável	147	3.957	10.362	193	6.138	11.359
Possível	445	43.092	18.191	341	42.553	14.565
Remota(*)	118	1.731	–	206	2.529	–
	710	48.780	28.553	740	51.220	25.924

PARECER ATUARIAL

Aos Senhores Administradores e Acionistas da **Aliança do Brasil Seguros S.A. - CNPJ 01.378.407/0001-10** 1. Informamos que elaboramos a Avaliação Atuarial das Provisões Técnicas e dos demais aspectos atuariais da Aliança do Brasil Seguros S.A. com data base de 31 de dezembro de 2011, conforme estabelecido nas Circulares SUSEP nº 272/2004, 410/2010 e na Resolução CNSP nº 135/2005. A nossa responsabilidade é a de emitir um Parecer Atuarial sobre as provisões técnicas, limites de retenção e demais aspectos atuariais analisados na avaliação atuarial. 2. Todas as Provisões Técnicas registradas no balanço patrimonial da Aliança do Brasil Seguros S.A., referentes a 31 de dezembro de 2011, foram avaliadas, e correspondem à provisão de prêmios não ganhos, provisão de prêmios não ganhos para riscos vigentes mas não emitidos, provisão complementar de prêmios, provisão de

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e Acionistas da **Aliança do Brasil Seguros S.A.** Examinamos as demonstrações financeiras individuais da Aliança do Brasil Seguros S.A. (“Seguradora”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2011 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido, dos fluxos de caixa e da demonstração dos resultados abrangentes para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da Administração sobre as Demonstrações Financeiras

A Administração da Seguradora é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos Auditores Independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados

Aliança do Brasil Seguros S.A. - CNPJ nº 01.378.407/0001-10

A provisão para as ações judiciais relacionadas a sinistros é baseada em norma interna que considera além das probabilidades de perda avaliadas pelos advogados, a análise dos riscos envolvidos e perdas históricas.

b) Composição das ações por ano de citação

Ano de abertura	PSL Judicial
1998	501
1999	270
2000	3.626
2001	3.107
2002	4.334
2003	2.052
2004	1.125
2005	602
2006	2.261
2007	2.494
2008	2.974
2009	1.880
2010	1.144
2011	2.183
Total	28.553

O prazo médio para o pagamento dos sinistros judiciais é de 1.097 dias.

14. OUTRAS PROVISÕES JUDICIAIS NÃO RELACIONADAS A SINISTROS

(a) Composição

Natureza	Provisões Judiciais		Depósitos Judiciais	
	2011	2010	2011	2010
Fiscal	5.476	5.476	6.069	6.069
COFINS	5.101	5.101	5.621	5.621
CSLL	375	375	448	448
Trabalhista	11	1.230	–	217
Cível	6.425	5.975	378	131
Total	11.912	12.681	6.447	6.417

Além dos valores apresentados no quadro acima, a rubrica “Depósitos Judiciais e Fiscais” inclui o montante de R\$ 9.709 (R\$ 6.781 em 2010) de depósitos judiciais vinculados a sinistros em discussão judicial. **COFINS** - A Seguradora pleiteia judicialmente, desde junho de 1999, o afastamento do recolhimento da COFINS nos termos previstos na Lei nº 9.718/98. Até abril de 2010 a Seguradora provisionou e depositou judicialmente o valor questionado, passando a recolher o tributo a partir de maio de 2010. Até maio de 2009 a Seguradora provisionava e depositava a COFINS sobre as receitas de prêmios, as financeiras e as não operacionais, uma vez que a partir de junho de 2009, com a revogação do parágrafo 1º, artigo 3º da Lei nº 9.718/98, por meio da Lei nº 11.941/09, a Seguradora deixou de incluir as receitas financeiras e as não operacionais na base de cálculo. Em relação ao mérito da exclusão das receitas de prêmios de seguro da base de cálculo da COFINS, os assessores jurídicos da Seguradora classificam a possibilidade de perda como “provável”. Em dezembro de 2010 a Seguradora reverteu a parcela da provisão correspondente à contribuição incidente sobre as receitas financeiras e as não operacionais, constituída entre junho de 1999 e maio de 2009, no montante de R\$ 321, tendo em vista que a Seguradora entende que o mérito do alargamento da base de cálculo da COFINS para as receitas excedentes aos prêmios de seguro está pacificado no plenário do STF em favor das seguradoras. Além disso, os advogados passaram a classificar a probabilidade de perda desta parcela como “remota”. **CSLL** - Desde maio de 2008 a Seguradora discute judicialmente a elevação da alíquota de 9% para 15% da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido, e efetuou depósitos judiciais referentes à parcela correspondente à majoração da alíquota até abril de 2010, constituindo provisão dos valores discutidos. A partir de maio de 2010 a Seguradora passou a recolher o valor integral da CSLL. O processo aguarda recurso de apelação interposto pela Seguradora. Os assessores jurídicos da Seguradora avaliam a probabilidade de perda da discussão como “possível”. **Trabalhistas** - A Seguradora responde a processos de natureza trabalhista que estão em diversas fases de tramitação. Para fazer face a eventuais perdas que possam resultar da resolução final desses processos, foi constituída provisão com base na avaliação dos assessores jurídicos e da Administração da Seguradora. **Cível** - Referem-se a reclamações de natureza cível oriundas da negativa de pagamento ou discordâncias em relação ao valor de indenizações de sinistro. **b) Movimentação:**

2011						2010					
I- Fiscais	II - Trabalhistas	III - Cíveis	Total	I- Fiscais	II - Trabalhistas	III - Cíveis	Total	I- Fiscais	II - Trabalhistas	III - Cíveis	Total
Saldo Inicial	5.476	1.230	5.975	12.681	5.831	902	–	6.733			
Constituições	–	(1.219)	1.543	324	226	328	3.219	3.773			
Atualização monetária	–	–	627	627	–	–	3.178	3.178			
Baixas	–	–	(1.720)	(1.720)	(581)	–	(422)	(1.003)			
Saldo final	5.476	11	6.425	11.912	5.476	1.230	5.975 </				